

Gestão 2018-2020

Procurador-Geral de Justiça
Paulo Cezar dos Passos
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo
Helton Fonseca Bernardes
Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional
Olavo Monteiro Mascarenhas
Corregedor-Geral do Ministério Público
Marcos Antonio Martins Sottoriva
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Antonio Siufi Neto
Ouvidor do Ministério Público
Adhemar Mombrum de Carvalho Neto

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Ricciotti</i>	Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrainer</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Gilberto Robalinho da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procurador de Justiça <i>Miguel Vieira da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Jaceguara Dantas da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Alexandre Lima Raslan</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos

Direitos Humanos

(67) 3318-2160 e-mail: caopjdcadh@mpms.mp.br

GESTÃO DE ESTAGIÁRIOS**AVISO Nº 079/2019-GED****XXI PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio do Procurador de Justiça e Coordenador da Gestão de Estagiários de Direito, CONVOCA os candidatos aprovados no XXI Processo de Seleção de Estagiários do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, homologado por meio do Aviso Nº 001/2018-GED, de 02 de agosto de 2018, publicado no DOMP nº 1788, /de 03 de agosto de 2018, para a entrega dos documentos necessários ao credenciamento.

Os candidatos convocados deverão comparecer, nos locais, nos dias e horários mencionados no quadro abaixo, munidos dos documentos relacionados nos itens 11 e 13, capítulo X do Edital nº 001/2018, de 23 de março de 2018, publicado no DOMP nº 1700, de 26 de março de 2018, especificados, respectivamente, no Item 2 desse Aviso.

1.1. CANDIDATOS CONVOCADOS – COMARCA DE CAMPO GRANDE**DIREITO – NÍVEL PÓS-GRADUAÇÃO**

DATA	HORÁRIO	CANDIDATO	POSIÇÃO
31.05.2019	09h	LEILIANE NUNES DA SILVA	59º
31.05.2019	09h15min	PLÍNIO BASTOS ROCHA	60º

2. RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO:

2.1. Para admissão, o candidato Bacharel em Direito de Nível Superior/Pós-Graduação deverá apresentar os seguintes documentos:

ITEM	DISCRIMINAÇÃO
1.	Fotocópia legível da Carteira de Identidade e do CPF
2.	02 (duas) fotografias 3x4, recentes e coloridas
3.	Comprovante da tipagem sanguínea
4.	Atestado médico que comprove a aptidão clínica necessária à realização das atividades de estágio, por meio de anamnese e exame físico
5.	Diploma de bacharel em Direito (fotocópia legível)
6.	Declaração ou certidão de matrícula atualizada, emitida pela Instituição de Ensino em curso de Pós-Graduação em nível de Especialização, Mestrado ou Doutorado, desenvolvido em uma das áreas de conhecimento especificadas (Não será aceito documento que não contenha todas as informações)
7.	Certidão de inexistência de antecedentes criminais, onde o candidato houver residido nos últimos cinco anos, emitida pela Justiça Federal, Justiça Estadual, Polícia Federal, Polícia Estadual
8.	Declaração de ausência dos impedimentos previstos no art. 50 e no art. 42 da Resolução nº 015/2010-PGJ, de 27.07.2010 e no art. 19 da Resolução nº 42 do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP (modelo disponível no Portal do MPE/MS – link Estagiários)
9.	Ficha de Cadastro (disponível no Portal do MPE/MS – link Estagiários)
10.	Declaração de que não exerço função em diretoria de partido político;
11.	Comprovante de conta corrente no Banco do Brasil S/A ou declaração (modelo disponível no Portal do MPE/MS – link Estagiários)

Previsão expressa no EDITAL N.º 001/2018-GED, no capítulo “X - Da Convocação e Admissão”, item 4, antes da entrega dos documentos necessários ao credenciamento: “O candidato regularmente convocado deverá manifestar-se, por meio de mensagem eletrônica, ou apresentar-se no local informado no “e-mail” e aviso de convocação, no prazo de 03 (três) dias úteis, para formalizar manifestação quanto ao interesse no exercício do estágio, desistência ou transposição para o final de lista, se for o caso, sob pena de eliminação do Processo de Seleção”.

O “e-mail” em que a manifestação dos candidatos da área de Direito deverá ser enviada é o seguinte: ged@mpms.mp.br.

Campo Grande, 24 de maio de 2019.

EDGAR ROBERTO LEMOS DE MIRANDA

Procurador de Justiça

Gestão de Estagiários de Direito

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2019NE000099 DE 21.05.2019 DO PROCESSO PGJ/10/2041/2019.**

Credor: LLIMA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - EPP.

Ordenadora de despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: **Pregão Presencial nº 12/PGJ/2018 – Ata de Registro de Preço 4/PGJ/2018.**

Objeto: Aquisição de bombas para remoção de condensado, para atender às necessidades deste Ministério Público.

Valor: R\$ 439,00 (quatrocentos e trinta e nove reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2019NE000099 de 21.05.2019.

Amparo Legal: inc. II, do art. 15 da Lei nº 8.666/93.

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2019NE002323 DE 17.05.2019 DO PROCESSO PGJ/10/1979/2019.

Credor: HABITAR COMÉRCIO EM GERAL E SERVIÇOS EIRELI – ME.

Ordenadora de despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: **Pregão Presencial nº 2/PGJ/2019 – Ata de Registro de Preço 2/PGJ/2019.**

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios, para atender às necessidades deste Ministério Público.

Valor: R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2019NE002323 de 17.05.2019.

Amparo Legal: inc. II, do art. 15 da Lei nº 8.666/93.

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2019NE002342 DE 20.05.2019 DO PROCESSO PGJ/10/2026/2019.

Credor: VITÓRIA COMÉRCIO DE ÁGUA MINERAL EIRELI - ME.

Ordenadora de despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: **Pregão Presencial nº 3/PGJ/2019 – Ata de Registro de Preço 3/PGJ/2019.**

Objeto: Aquisição de água mineral, para atender às necessidades deste Ministério Público.

Valor: R\$ 1.425,00 (um mil, quatrocentos e vinte e cinco reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2019NE002342 de 20.05.2019.

Amparo Legal: inc. II, do art. 15 da Lei nº 8.666/93.

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2019NE002381 DE 21.05.2019 DO PROCESSO PGJ/10/2039/2019.

Credor: DILUZ COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA - EPP.

Ordenadora de despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: **Pregão Presencial nº 28/PGJ/2018 – Ata de Registro de Preço 9/PGJ/2018.**

Objeto: Aquisição de materiais elétricos, para atender às necessidades deste Ministério Público.

Valor: R\$ 235,00 (duzentos e trinta e cinco reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2019NE002381 de 21.05.2019.

Amparo Legal: inc. II, do art. 15 da Lei nº 8.666/93.

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2019NE002388 DE 22.05.2019 DO PROCESSO PGJ/10/2065/2019.

Credor: LUCELENE BARBOSA NUNES ASSIS - ME.

Ordenadora de despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: **Pregão Presencial nº 25/PGJ/2018 – Ata de Registro de Preço 8/PGJ/2018.**

Objeto: Aquisição de materiais de copa e cozinha, para atender às necessidades deste Ministério Público.

Valor: R\$ 4.530,00 (quatro mil e quinhentos e trinta reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2019NE002388 de 22.05.2019.

Amparo Legal: inc. II, do art. 15 da Lei nº 8.666/93.

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL DA CARTA-CONTRATO Nº 14/PGJ/2019.

Processo: PGJ/10/0068/2019.

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado pelo Procurador-Geral Adjunto de Jurídico, **Humberto de Matos Brittes**;

2- **ANTONIO CARLOS SERPA LARA**.

Amparo legal: artigo 79, inciso II da Lei 8.666/93.

Objeto: Rescisão amigável da Carta-Contrato nº 14/PGJ/2019, mediante acordo, sem ônus para as partes, da prestação de serviços de limpeza de calha no edifício-sede da Promotoria de Justiça da comarca de Aquidauana – MS.

Data de assinatura: 15 de maio de 2019.

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL

CAMPO GRANDE

EDITAL Nº 001/2019/27PJ/CGR

EDITAL DE CIÊNCIA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS

A 27ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande faz saber, a quem possa interessar, que, a partir do 5º (quinto) dia subsequente à data de publicação deste Edital no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, se não houver oposição, eliminará os documentos constantes na Lista de Eliminação de Documentos nº 01/2019 (Caixas nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28 e 29), referente aos documentos da 27ª Promotoria de Justiça, nos termos do disposto no art. 12 da Resolução nº 25, de 6 de novembro de 2018.

Os interessados que tiverem alguma oposição deverão apresentá-la por escrito, devidamente fundamentada, desde que tenham qualificação e demonstrem legitimidade para o referido questionamento, dirigida à 27ª Promotoria de Justiça até o dia 01 de junho de 2019.

Campo Grande-MS, 24 de maio de 2019.

FERNANDO MARTINS ZAUPA

Promotor de Justiça

LISTA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS Nº 001/2019

(caixas:01,02,03,04,05,06,07,08,09,10,11,12,13,14,15,16,17,18,19,20,21,22,23,24,25,26,27,28 e 29)

PROVENIÊNCIA – (órgão produtor)		PROCEDÊNCIA – (órgão responsável pelo arquivamento)	
Órgão / Setor: 27ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE JUSTIÇA		Órgão / Setor 27ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA	
TIPO DOCUMENTAL	JUSTIFICATIVA DA ELIMINAÇÃO	ANO INICIAL	ANO FINAL
NOME/CONTEÚDO INFORMACIONAL			
Classe/Subclasse 000.002 - Correspondências Expedidas - Caixas 01 a 08.	Conforme disposto na Resolução 025/2018, de 06 de novembro, de 2018, , os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	Exercício 1997 1998 1999 2000 2009 2010 2011 2012	Exercício 1999 2000 2001 2002 2011 2012 2013 2014

Classe/Subclasse 000.002 - Correspondências Expedidas - Caixas 09 a 12.	Conforme disposto na Resolução 025/2018, de 06 de novembro, de 2018, , os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	Exercício 2013 2014 2015 2016	Exercício 2015 2016 2017 2018
Classe/Subclasse 000.003 - Correspondências Recebidas - Caixas 13 a 21.	Conforme disposto na Resolução 025/2018, de 06 de novembro, de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	Exercício 2010 2011 2012 2013 2014 2015 2016	Exercício 2012 2013 2014 2015 2016 2017 2018
Classe/Subclasse 200.009 – Cartas Precatórias – Caixa 22	Conforme disposto na Resolução 025/2018, de 06 de novembro, de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	Exercício 2010	Exercício 2012
Classe/Subclasse 200.017- Caixa 23 – Termo de Ajustamento de Conduta	Conforme disposto na Resolução 025/2018, de 06 de novembro, de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	Exercício 2010	Exercício 2015
Classe/Subclasse 200.047 - Relatório de Visita, Fiscalização de Órgãos e Estabelecimentos - Caixas 24 a 29.	Conforme disposto na Resolução 025/2018, de 06 de novembro, de 2018, , os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	Exercício 2009 2010 2011 2012 2013 2014 2015	Exercício 2011 2012 2013 2014 2015 2016 2017
RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO: Gerson Estevam da Silva Junior – Técnico do Ministério Público Data do Data do preenchimento: 24/05/2019.			

RECOMENDAÇÃO

Inquérito civil n. 06.2018.00000951-7

CONSIDERANDO que a República Federativa do Brasil tem como fundamentos a cidadania, a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho, dentre outros, nos termos do art. 1º, incs. II, III e IV, da Constituição Federal.

CONSIDERANDO que a República Federativa do Brasil tem como objetivos fundamentais a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, dentre outros, nos termos do art. 3º, inc. I, da Constituição Federal.

CONSIDERANDO que República Federativa do Brasil tem como princípios da ordem econômica a função social da propriedade e a defesa do meio ambiente, dentre outros, nos termos do art. 170, incs. III e VI, da Constituição Federal.

CONSIDERANDO que a função social da propriedade urbana está condicionada ao atendimento das exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no Plano Diretor, e que a função social da propriedade rural é cumprida quando há atendimento de critérios e graus de eficiência estabelecidos em lei, nos termos dos arts. 182, § 2º, e 186, incs. I a IV, da Constituição Federal.

CONSIDERANDO que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações, devendo o Poder Público, dentre outros, exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade, nos termos do art. 225, § 1º, IV, da Constituição Federal.

CONSIDERANDO o dever de controle e fiscalização dos órgãos ambientais, além do seu inerente exercício do

poder de polícia, que decorrem das obrigações e deveres do poder público de proteger o meio ambiente, consoante arts. 23, incs. VI e VII, e 30, inc. VIII, da Constituição Federal e 9º, I e II, da Lei Complementar nº 140/2011.

CONSIDERANDO que o Manual de Outorga de Uso de Recursos Hídricos, introduzido pela Resolução SEMADE n. 21/2015, disciplina, como regra geral, que "Todas as Outorgas destinadas a finalidade de uso consumo humano, serão repassadas para as autoridades de saúde para acompanhamento dos padrões de potabilidade exigidos na Portaria 2.914/11";

CONSIDERANDO que essa comunicação não tem sido feita em regra, porque o IMASUL entende que a disponibilização das outorgas no portal "www.pinms.ms.gov.br" é suficiente para cumprir sua obrigação;

CONSIDERANDO que, segundo informações recebidas da Vigilância Sanitária de Campo Grande, o portal em questão não discrimina as informações por Município e não apõe o endereço (embora coloque coordenadas geográficas), entre outras lacunas que dificultam a fiscalização;

CONSIDERANDO que, em reunião de trabalho realizada nesta Promotoria de Justiça, a pedido deste subscritor, o IMASUL promoveu um avanço na informação, pois incluiu na tabela disponibilizada no sítio eletrônico a discriminação dos Municípios sede das outorgas concedidas;

CONSIDERANDO que, a despeito de aplaudir o avanço, o Ministério Público considera que a formalização da comunicação às autoridades sanitárias é indispensável, tanto para cumprir a regra geral, como para fixar um marco de responsabilidade pessoal do agente público que recebeu a comunicação, a fim de que possa ser eventualmente responsabilizado em caso de omissão, não podendo mais alegar desconhecimento ou mera culpa em não realizar a fiscalização devida;

CONSIDERANDO a necessidade de instituir uma rotina institucionalizada de comunicação das outorgas concedidas às autoridades sanitárias, de modo a facilitar e agilizar a fiscalização sanitária da potabilidade dos recursos hídricos cujo uso foi objeto de outorga para consumo humano;

RECOMENDA ao Ilmo. Diretor-Presidente do Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul:

. Que institua uma rotina de comunicação, no mínimo trimestral, das outorgas concedidas cujo uso seja para a finalidade de consumo humano para as autoridades sanitárias dos Municípios de Mato Grosso do Sul ou para a Coordenadoria Estadual de Vigilância Sanitária, mantendo a comprovação do envio;

. Que as comunicações deverão ser acompanhadas da portaria de outorga e deverão conter, no mínimo, os seguintes dados: nome do interessado requerente da outorga, documento pessoal do interessado apresentado (CPF ou CNPJ), Município, endereço, coordenadas geográficas, tipo de captação da água (superficial/subterrânea), vazão, entre outros dados que entender úteis. Caso todos esses dados já estejam dispostos na própria portaria de deferimento da outorga, bastará o envio da cópia do ato administrativo (pelo que se depreende, apenas o endereço não consta das portarias);

. Caso alguns desses dados não sejam objeto de informação ao IMASUL (especialmente a informação sobre o endereço), que adapte os formulários e o procedimento para obter a outorga, no sentido de exigi-los.

. Caso a comunicação seja feita por correio eletrônico, deverá o IMASUL observar e certificar a leitura da comunicação, pois, do contrário, deverá encaminhar em meio físico por ofício.

RECOMENDA ao Ilmo. Coordenador da Coordenadoria Estadual de Vigilância Sanitária Estadual

a) Caso o IMASUL opte por repassar a comunicação das outorgas para consumo humano supramencionadas, que a repasse, no mesmo mês, a cada Vigilância Sanitária dos Municípios de Mato Grosso do Sul;

b) Caso esse repasse seja por correio eletrônico, deverá a VISA Estadual observar e certificar a leitura da comunicação, pois, do contrário, deverá encaminhar em meio físico por ofício.

Outrossim, informa-se que a presente recomendação não possui caráter vinculante ou obrigatório, mas poderá embasar eventual responsabilização em Juízo.

Requisitam-se, no prazo de trinta dias, informações sobre o atendimento ou não dessa recomendação, bem como o envio dos documentos pertinentes. Requisita-se, às expensas dos recomendados, a publicação da recomendação na

imprensa oficial do Estado, no prazo de vinte dias.

Esta recomendação será enviada também à publicação no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público (DOMP). Comuniquem-se, com cópia desta recomendação, os seguintes órgãos e/ou Poderes e interessados: a) Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente do Ministério Público de Mato Grosso do Sul; b) Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, para ciência e providências que entender cabíveis, inclusive para exercício de sua competência constitucional de fiscalização do Poder Executivo; c) Câmara Municipal de Campo Grande, para ciência; d) à VISA municipal de Campo Grande, para ciência e para que eventualmente informe se haverá atendimento da recomendação.

Campo Grande, 22 de maio de 2019.

LUIZ ANTÔNIO FREITAS DE ALMEIDA
Promotor de Justiça

DOURADOS

INQUÉRITO CIVIL N. 06.2018.00002451-8

RECOMENDAÇÃO n. 0007/2019/10PJ/DOS

“EMENTA: Recomenda ao Município de Dourados/MS a abstenção do uso do mecanismo de desvinculação de receitas, disposto no artigo 76-B dos Atos de Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT, da Constituição da República de 1988, com a redação dada pela Emenda Constitucional n. 93/2016, no que se refere ao fundo da COSIP – CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, enquanto não revertida a situação de precariedade do serviço de iluminação pública nesta cidade”

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, por meio de seu Promotor de Justiça que esta subscreve, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 29, inciso IV, da Lei Complementar Estadual nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e pelo artigo 44 da Resolução 15/2007/PGJ de 27 de novembro de 2007;

CONSIDERANDO que a Resolução 015/2007 dispõe em seu artigo 5º que “a recomendação é instrumento destinados à orientação de órgãos públicos ou privados, para que sejam cumpridas normas relativas a direitos e deveres assegurados ou decorrentes das Constituições Federal e Estadual e serviços de relevância pública e social”;

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, bem como zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados pela Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias à sua garantia (art. 129, II, da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que é de conhecimento público e notório o precário estado do serviço de iluminação pública em grande parte da área urbana de Dourados/MS, tanto nos bairros quanto na área central;

CONSIDERANDO que, não por outro motivo, vieram a lume o Procedimento Administrativo n. 09.2018.00002175-4, instaurado em 12 de junho de 2018, e o Inquérito Civil n. 06.2018.00002451-8, instaurado em 13 de agosto de 2018, ambos em trâmite nesta Promotoria, dos quais consta como tema central a precária e deficitária qualidade do serviço de iluminação pública nas ruas da cidade de Dourados/MS;

CONSIDERANDO que, conforme informações trazidas através do Termo de Informações que fora reduzido a termo no dia 12/04/2018 (fls. 08/11), ao que se noticia que a municipalidade não estaria fornecendo a manutenção da iluminação pública em determinado bairro desta urbe, estando este com apenas 1 lâmpada funcionando e as outras 9 queimadas há cerca de 10 meses.

CONSIDERANDO que foi encaminhado expediente ministerial à ENERGISA e a Secretaria de Serviços Urbanos - SEMSUR, para fins de colher informações preliminares sobre eventual irregularidade na disponibilização do

serviço de iluminação pública na cidade de Dourados.

CONSIDERANDO que a ENERGISA se manifestou, às fls. 37/40, onde a mesma alegou que, por determinação da Agencia Nacional de Energia Elétrica, os distribuidores de energia elétrica de todo o Brasil transferiram para as prefeituras municipais as responsabilidades pela gestão da iluminação pública da cidade. Sendo assim, o próprio Município seria o responsável pela manutenção, reparos, melhorias e extensão da iluminação pública da cidade;

CONSIDERANDO que adveio resposta da SEMSUR, informando que, para o mês de maio de 2018, seriam atendidas as Sítios: Ouro Fino, Campina Verde e Bonanza e os Bairros: Santa Fé, Parque Alvorada, Jardim dos Estados, Estrela Hory, Parque das Nações I e II, Jockey Clube, Canaã 4, Guaicurus, Chácara Cidélis, Harrisson de Figueiredo, Dioclécio Artuzzi, Esplanada, Jequitibás, Nova Dourados, Villágio Florence, Canaã I, Vival do Castelo, Colibri, Novo Horizonte, Estrela Porá, Ipê Roxo e Jardim Agua Boa, e, ainda, a aldeia Jaguapiru (fls. 41), o que até hoje não se concretizou de modo satisfatório;

CONSIDERANDO que fora juntado, às fls. 47/49, cópia de notícia: “Problemas na iluminação pública continuam gerando reclamações em Dourados”, do site da 94 FM NOTÍCIAS;

CONSIDERANDO que às fls. 50, ajuizou-se cópia de relatório de receitas resumidas oriundo do portal da transparência da municipalidade de Dourados, ao que se externa uma receita de cerca de 6 milhões de reais dirigidas a contribuição de melhorias para expansão de iluminação pública da cidade;

CONSIDERANDO que foi solicitado da Polícia Militar sobre a possibilidade de realização de mapeamento das principais localidades com deficiência na prestação de serviços de iluminação pública, com foco nos pontos mais sensíveis da cidade, no que pertine à segurança pública (fls. 52).

CONSIDERANDO que consta às fls. 56/57, cópia da Notícia de Fato nº 01.2018.00006010-3, ao que se noticia a ausência de atendimento quanto a iluminação pública na região da Vila Veneza, o que pode ter influenciado na onda de roubos na região;

CONSIDERANDO que a Guarda Municipal de Dourados encaminhou os Boletins de Atendimentos - BAs: 1629/2018 - 1639/2018 - 1672/2018 - 1673/2018 e 1684/2018, nos quais constam uma série de locais que se tornaram vulneráveis à criminalidade devido à má manutenção da iluminação pública (fls. 71/82);

CONSIDERANDO que o 3º Batalhão de Polícia Militar, igualmente, forneceu o levantamento das principais vias do Município de Dourados que apresentam problemas/falta de iluminação pública e que podem influenciar no trabalho dos órgãos de segurança pública, donde não escapam do abandono áreas centrais, proximidades de CEIMs, UBSs, Escolas Estaduais, Supermercados, Postos de Combustível, Camelódromo, cemitérios, hospitais, igrejas, concessionárias, campos de futebol, áreas de lazer, regiões comerciais em geral, etc (fls. 84/88).

CONSIDERANDO que a SEMSUR, às fls. 94/95, informou que os trabalhos de manutenção são realizados entre 7:30 h e 13:30h, período demasiadamente curto. Entretanto, revelam a pretensão de, por meio de realização de nova licitação, contratar empresa prestadora de serviços de reparos em iluminação pública por pelo menos oito horas diárias;

CONSIDERANDO que, todavia, licitação deflagrada no segundo semestre de 2018, tendo por objeto a execução de serviço de reordenação de iluminação pública e readequação luminotécnica mediante aquisição e substituição de lâmpadas comuns e lâmpadas de LED (fls. 105/113) foi anulada em razão da descoberta de ilicitudes variadas no bojo da denominada Operação Pregão (Ação Penal n. 0900121-60.2018.8.12.0002, 1ª Vara Criminal de Dourados/MS);

CONSIDERANDO que em reunião realizada em outubro de 2018, na qual se fizeram presentes o Procurador Geral do Município e o então Secretário Municipal de Serviços Urbanos restou ajustado um prazo de 60 (sessenta) dias para levantamento e regularização das principais pendências referentes à prestação deficitária dos serviços de iluminação pública na cidade, o que acabou descumprido pelo Poder Público Municipal (fls. 162/164);

CONSIDERANDO que, cerca de 6 meses depois, após a troca do titular da Secretaria de Serviços Urbanos, o novo representante da pasta informou desconhecer compromisso firmado às fls. 162/164, ressaltando inclusive que não houve qualquer transição ou troca de informações entre os titulares. Informou, ainda, não dispor de autonomia para

empreender soluções que resultem em aumento de despesa de pessoal, tais como estipular regime excepcional de trabalho aos eletricitistas atuantes perante a municipalidade. Adicionou que a realidade da força de trabalho atuante nesse setor pouco se alterou, havendo apenas o reforço de um eletricitista e um ajudante, permanecendo a carga horaria inalterada (fls. 305/306);

CONSIDERANDO que às fls. 321/322 do Inquérito Civil em referência, restou juntado Ofício n. 093/19 – SEGOV/PMD/GAB, subscrito pela Secretária Municipal de Governo, apontando a transferência de recursos da conta da COSIP para conta movimento da municipalidade. Tal se deu conforme Emenda Constitucional 93/2016, ou seja, com desvinculação de 30% dos recursos, os quais foram destinados a pagamento de pessoal, contribuições previdenciárias, manutenção e investimento da Administração Municipal. O mesmo documento aponta que os pagamentos realizados com recursos da COSIP em 2017 se destinaram à Energisa (referente às contas de iluminação pública), à A&A Construtora e Incorporadora (serviços de implantação e iluminação do Parque Antenor Martins e à Taurus – combustível utilizado nos serviços de manutenção de iluminação pública);

CONSIDERANDO que, às fls. 323, consta solicitação de membro do Poder Legislativo solicitando relatórios dos números de extensões de rede executadas com recursos da COSIP nos anos de 2017/2018, ao que, em resposta (fl. 324), a Secretaria Municipal de Governo informa que no mencionado período não restou realizada nenhuma obra de extensão de rede no Município de Dourados com recursos oriundos da COSIP;

CONSIDERANDO que em nova reunião (fls. 329/330), desta feita com a presença da Prefeita Municipal e sua chefia de gabinete, restou descartada a possibilidade de empreender medidas administrativas que resultem em aumento de despesa de pessoal, como atividades de mutirão e consequente pagamento de horas extras/gratificações. No ato, ao contrário do informado pela SEGOV, a Prefeita Municipal e seu assessor especial de gabinete informaram a impossibilidade de realização de despesa da COSIP para pagamento de despesa de pessoal, sendo que a única saída seria continuar o trabalho das 7h30min às 13h30min, enquanto não finda a licitação em vias de começar;

CONSIDERANDO que no mesmo ato, a chefia do executivo externou a superação parcial da deficiência da iluminação pública em algumas áreas da cidade, nominando especificadamente o prolongamento da Avenida Marcelino Pires e a Rodovia Guaicurus;

CONSIDERANDO que representante da Câmara Municipal realizou, junto com sua assessoria, diligências noturnas, conforme documento de fls. 432/440 pontuando que esteve por três vezes na Rodovia Guaicurus (dia 12.02; 06.03 e 21.04), em que constatou o não restabelecimento da iluminação pública. Pontua que o prolongamento da Avenida Marcelino Pires, Monumento do Colono e Bairro Esplanada estão com o serviço de iluminação pública igualmente deficiente. Ademais, pelo menos, 35% das lâmpadas existentes no Bairro Chacara California estão apagadas. No Bairro Canaã são 31%, Joquei Clube - 20%, Parque das Nações II – 15%; Dioclecio Artuzi II – 30%, Jardim Guaicurus – 30% e Sitioca Campina Verde – 54%.

CONSIDERANDO que, em que pese todo o acima explanado, às fls. 389 o Secretário Municipal de Serviços Urbanos manifestou, através da CI n. 280/2019/SEMSUR que os serviços de regularização da iluminação pública foram iniciados, estando os bairros Canaã II, Jockey Clube, Parque das Nações II com iluminação completamente restaurada e os bairros Califórnia e Sitioca Campina Verde em vias de finalização. Aponta 70% da capacidade da Avenida Marcelino Pires restaurada e 80% do Bairro Esplanada;

CONSIDERANDO que, quanto à Rodovia Guaicurus tendo em vista a deficiência na prestação de mencionado serviço, foi ajuizada no ano de 2016 Ação Civil Pública n. 0807754-85.2016.8.12.0002, com pretensão de solucionar a celeuma referente à manutenção do serviço de iluminação pública na Rodovia Guaicurus pelo Município de Dourados, no bojo da qual restou a municipalidade condenada, já com trânsito em julgado, a manter serviço de iluminação pública eficiente em tal localidade;

CONSIDERANDO que em que pese existência de acórdão mandamental com trânsito em julgado, a Polícia Militar Rodoviária aponta minucioso relatório, datado de 03.04.2019, declinando que dos 264 postes simples existentes no trecho – com 01 refletor cada, somente 49 estavam ligados/funcionando – representando, assim, 20,3% da capacidade de iluminação;

CONSIDERANDO que ainda segundo mencionado documento, em todo o trajeto da MS 162, existem 293

postes instalados no canteiro central e nas rotatórias. No total existem 532 refletores acoplados a estes postes, porém somente estão ligados/funcionando 229 desses refletores – o que corresponde a 43% da capacidade de iluminação;

CONSIDERANDO que neste aspecto, infere-se que o trecho entre a última rotatória e a entrada da Cidade Universitária, bem como na região do condomínio Terras do Alphaville sem nenhuma iluminação, sendo que o trecho em frente com apenas 09 postes na via lateral;

CONSIDERANDO que no tocante à iluminação das 08 rotatórias, tal relatório apontou a existência de 52 postes – com 52 refletores, porém, dos quais somente 23 estavam em funcionamento, ou seja, o equivalente a 44% da capacidade;

CONSIDERANDO que na mesma toada a situação da iluminação no interior da cidade Universitária, sendo que a Polícia Militar Rodoviária verificou a existência de 45 refletores acoplados em 18 postes, porém, somente 37 refletores em funcionamento – déficit de 22%;

CONSIDERANDO que não bastasse a deficiência refletores, dos documentos acostados às fls. 304/321 declinam acidentes de trânsito ocorridos na via, inclusive com danificação de postes de iluminação, sem o devido reparo;

CONSIDERANDO que a administração direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (artigo 37, “caput”, da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que a Administração Pública deve observar os princípios da razoabilidade e proporcionalidade como corolários ao princípio da eficiência e moralidade no tocante à destinação de recursos públicos;

CONSIDERANDO que nos termos do artigo 2º, da Lei n.º 9.784/99, “a Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência.” (grifos nossos);

CONSIDERANDO, que as modificações administrativas ora sugeridas são impositivas, ressalte-se, também e principalmente, por observância ao princípio da eficiência previsto no art. 37, caput, da Constituição Federal. Efetivamente, ensina Hely Lopes Meirelles que: “o princípio da eficiência exige que a atividade administrativa seja exercida com presteza, perfeição e rendimento funcional. É o mais moderno princípio da função administrativa, que já não se contenta em ser desempenhada apenas com legalidade, exigindo resultados positivos para o serviço público e satisfatório atendimento das necessidades da comunidade e de seus membros.” (MEIRELLES. Hely lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 36. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2010. p. 98);

CONSIDERANDO, ainda, os ensinamentos da doutrina, no sentido de que “o princípio da eficiência apresenta, na realidade, dois aspectos: pode ser considerado em relação ao modo de atuação do agente público, do qual se espera o melhor desempenho possível de suas atribuições, para lograr os melhores resultados; e pode também ser considerado em relação ao modo de organizar, estruturar e disciplinar a Administração Pública, também com o mesmo objetivo de alcançar os melhores resultados no desempenho da função ou atividade administrativa. (...) “A idéia que decorre do princípio constitucional da eficiência deve abranger tanto o sucesso dos meios (eficiência), como o sucesso dos fins (eficácia), visando atender aquilo que a doutrina contemporânea vem chamando de efetividade administrativa. Isso porque, a efetividade administrativa surge quando se alcançam os resultados através do emprego dos meios adequados”. (CUNHA JÚNIOR, Dirley da. Curso de Direito Administrativo. 8. ed. Salvador: Juspodivm, 2009. p. 44-45);

CONSIDERANDO que, segundo doutrina constitucionalista amplamente majoritária, vive-se atualmente a fase pós-positivista, uma nova fase de juridicidade dos princípios gerais de direito, os quais já deixaram de ter como função primordial a meramente supletiva ou integrativa do ordenamento jurídico, nos moldes do que estabelece, por exemplo, o art. 4º da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro. Ou seja, os princípios abandonam o papel secundário e supletivo e assumem, assim como as regras, um grau de inquestionável normatividade, tanto em bases teóricas quanto metodológicas, impondo, portanto, deveres estatais ativos e omissos de conduta (Por todos, BARROSO. Luis Roberto. Curso de Direito Constitucional. 2ª Ed. Ed. Saraiva. Pág. 318);

CONSIDERANDO que para Lúcia Valle Figueiredo¹, “a razoabilidade se legará à consequência lógica entre as situações postas e as decisões administrativas, vai se atrelar às necessidades da coletividade, à legitimidade, à economicidade, à eficiência”;

CONSIDERANDO que na lição de Maria Sylvia Zanella Di Pietro² “(...) princípio da razoabilidade, entre outras coisas, exige proporcionalidade entre os meios de que se utiliza a Administração e os fins que ela tem que alcançar. E essa proporcionalidade deve ser medida não pelos critérios pessoais do administrador, mas segundo padrões comuns na sociedade em que vive; e não pode ser medida diante dos termos frios da lei, mas diante do caso concreto. Com efeito, embora a norma legal deixe um espaço livre para decisão administrativa, segundo critérios de oportunidade e conveniência, essa liberdade às vezes se reduz no caso concreto, onde os fatos podem apontar para o administrador a melhor solução (cf. Celso Antônio Bandeira de Mello, in RDP 65/27). Se a decisão é manifestamente inadequada para alcançar a finalidade legal, a Administração terá exorbitado dos limites da discricionariedade e o Poder Judiciário poderá corrigir a ilegalidade.”;

CONSIDERANDO que a Administração Pública deve adotar medidas que visem atender ao interesse da coletividade, o que passa pela responsabilidade quanto aos gastos públicos;

CONSIDERANDO que de acordo com o artigo 10, inciso X, da Lei nº 8.429/92, constitui ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário qualquer ação ou omissão, dolosa ou culposa, que enseje perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres dos entes públicos, notadamente agir de forma negligente no tocante à conservação do patrimônio público;

CONSIDERANDO que conforme previsão do artigo 11, da Lei nº 8.429/92, a inobservância dos princípios da administração pública constitui ato de improbidade administrativa;

CONSIDERANDO que até recentemente, prevalecia a ideia de que o Poder Judiciário não teria legitimidade para qualquer tipo de interferência na definição e na concretização de políticas públicas, inclusive quanto à aplicação das leis orçamentárias sendo, no entanto, totalmente diverso o atual posicionamento dominante da jurisprudência e da literatura jurídica a respeito do tema;

CONSIDERANDO os ensinamentos de Luíza Cristina Fonseca Frischeisen: “(...) nesse contexto constitucional, que implica também a renovação das práticas políticas, o administrador está vinculado às políticas públicas estabelecidas na Constituição Federal; a sua omissão é passível de responsabilização e a sua margem de discricionariedade é mínima, não contemplando o não fazer. (...) Conclui-se, portanto, que o administrador não tem discricionariedade para deliberar sobre a oportunidade e conveniência de implementação de políticas públicas discriminadas na ordem social constitucional, pois tal restou deliberado pelo constituinte e pelo legislador que elaborou as normas de integração. (...) As dúvidas sobre essa margem de discricionariedade devem ser dirimidas pelo Judiciário, cabendo ao juiz dar sentido concreto à norma e controlar a legitimidade do ato administrativo (omissivo ou comissivo), verificando se o mesmo não contraria sua finalidade constitucional, no caso, a concretização da ordem social constitucional.” (Políticas públicas: a responsabilidade do administrador e o Ministério Público. São Paulo: Max Limonad, 2000. p. 95-97);

CONSIDERANDO que o STF já assentou entendimento de que, uma vez que a discricionariedade do Executivo é limitada e se submete aos interesses públicos decorrentes do rol de princípios constitucionais, o Poder Judiciário pode – e mesmo deve – exercer o controle externo das políticas pública, sendo que tal posicionamento começou a se fixar ainda em 2000, com decisão no AgRE 271.286/RS (publicado no Diário de Justiça em 24/11/2000), em que se reconheceu que o Judiciário poderia instar o poder público a fornecer medicamentos a pessoa carentes.

CONSIDERANDO que nesta linha de raciocínio, o reconhecimento judicial da validade jurídica de programas de distribuição gratuita de medicamentos a pessoas carentes, inclusive àquelas portadoras do vírus HIV/AIDS, dá efetividade a preceitos fundamentais da Constituição da República (arts. 5.º, *caput*, e 196) e representa, na concreção de seu alcance, um gesto reverente e solidário de apreço à vida e à saúde das pessoas, especialmente daquelas que nada têm

¹ Figueiredo, Lúcia Valle. Curso de Direito Administrativo. São Paulo: Malheiros, 1998, p. 48. Apud Garcia, Emerson. Discricionariedade administrativa. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2013, p. 113.

² Di Pietro, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo. São Paulo: Atlas, 2014, 27ª Ed. P.81.

e nada possuem, a não ser a consciência de sua própria humanidade e de sua essencial dignidade. (g. n.)

CONSIDERANDO que na mesma linha, o STF foi ainda mais longe, admitindo que o Poder Judiciário poderia, excepcionalmente, interferir nos termos de Leis Orçamentárias, uma vez que o Ministro Celso de Mello, em 29 de abril de 2004, no julgamento da ADPF nº 45 MC/DF (Informativo do Supremo Tribunal Federal nº 345), admitiu a ingerência do Judiciário na formulação das leis orçamentárias. No caso prático, foi ajuizada arguição de descumprimento de preceito fundamental contra o veto do Presidente da República ao § 2º do art. 55 (posteriormente renumerado para art. 59) de proposição legislativa que se converteu na Lei nº 10.707/2003 (LDO), destinada a fixar as diretrizes pertinentes à elaboração da lei orçamentária anual de 2004. O veto presidencial implicava desrespeito a preceito fundamental decorrente da EC 29/2000, que foi promulgada para garantir recursos financeiros mínimos a serem aplicados nas ações e serviços públicos de saúde. Assim, o veto acarretaria prejuízos na implementação de políticas públicas ligadas à saúde, na medida em que poderia tolher parte dos recursos destinados a tais programas.

Embora o dispositivo vetado tenha sido espontaneamente restaurado pela Presidência da República, o que acarretou a perda do objeto da ADPF, o Ministro Celso de Mello apresentou suas razões, admitindo expressamente que o Judiciário poderia e deveria intervir em tais casos, para garantir a implementação das políticas públicas. Nesse sentido, anotou:

“É certo que não se inclui, ordinariamente, no âmbito das funções institucionais do Poder Judiciário - e nas desta Suprema Corte, em especial - a atribuição de formular e de implementar políticas públicas, pois, nesse domínio, o encargo reside, primariamente, nos Poderes Legislativo e Executivo. Tal incumbência, no entanto, embora em bases excepcionais, poderá atribuir-se ao Poder Judiciário, se e quando os órgãos estatais competentes, por descumprirem os encargos político-jurídicos que sobre eles incidem, vierem a comprometer, com tal comportamento, a eficácia e a integridade de direitos individuais e/ou coletivos impregnados de estatuta constitucional, ainda que derivados de cláusulas revestidas de conteúdo programático.” (O controle judicial das políticas Públicas e o Ministério Público. Marcos Alexandre B. Wanderley de Queiroga. 2007, Rev. Jur. do Ministério Público 295-296.) (Destacou-se)

CONSIDERANDO que os direitos fundamentais, individuais e sociais, podem ter diferentes níveis de proteção, sejam eles civis, políticos ou sociais. Analisando a doutrina: “faz-se patente saber o nível determinado ou idealizado pelo legislador, havendo casos em que a mínima satisfação desses direitos é suficiente ao caso concreto” (...) A atuação judicial, nesse sentido, tem como objetivo analisar os casos em que determinado ato da administração durante a execução do orçamento se consubstanciou de maneira arbitrária ou discriminatória, impedindo o acesso a determinada política. Nesta senda, a atuação do Poder Judiciário se dará para de realizar o direito fundamental ao qual a política pública se destina (LEITE, Harrison Ferreira. A autoridade da lei orçamentária. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2011.p. 145 e 157).

CONSIDERANDO que diante desse contexto, há que se reconhecer o papel do Ministério Público em levar ao Poder Judiciário demandas em que as políticas públicas sejam insuficientes para garantir os programas constitucionais. Como defende o Procurador da República Marcos Alexandre B. Wanderley de Queiroga:

“As leis orçamentárias igualmente não podem constituir um obstáculo [para a atuação do Ministério Público na concretização das satisfações essenciais da população], pois a ação civil pública tem o poder de determinar atuações positivas, regulando o contingenciamento e a inércia do administrador.

“Em primeiro lugar, cabe ao Ministério Público exigir o cumprimento das políticas já previstas nas leis orçamentárias, ou seja, no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e nas Leis Orçamentárias anuais. Não há, no Brasil, a figura do orçamento impositivo, tendo em vista que a alocação de recursos em determinado projeto não garante o gasto efetivo. Não é raro acontecer que o poder público sequer consiga despendar os recursos reservados a determinada política. Nessas hipóteses, deve o Ministério Público exigir o cumprimento das regras orçamentárias, com a liberação e emprego dos valores já previstos. (Op cit., pág. 303.) (Destacou-se)

CONSIDERANDO que com efeito, a cláusula da reserva constitui construção que assegura que a implementação dos direitos fundamentais, notadamente aqueles vinculados a uma prestação material (direitos sociais, econômicos e culturais), deve ser sempre condicionada às disponibilidades econômicas e orçamentárias do Estado, sabidamente limitadas e, por mais das vezes, insuficientes;

CONSIDERANDO que tal tese é recorrentemente utilizada pelo Poder Público para justificar omissões inconstitucionais relacionadas a direitos fundamentais, servindo de justificativa para a inação municipal;

CONSIDERANDO que segundo o argumento, sendo limitados e escassos os recursos públicos, caberia exclusivamente ao Administrador a decisão quanto à alocação das verbas, segundo uma suposta discricionariedade

administrativa, impedindo-se ao Judiciário o controle dessas opções;

CONSIDERANDO que em que pese esse livre espaço de conformação atribuído ao Executivo e ao Legislativo, quanto às políticas públicas que visem à efetividade de direitos fundamentais, individuais e sociais, não se afigura absoluto, sendo que o direito de toda pessoa à vida e à dignidade inerente à pessoa humana encontra-se inserido no mínimo existencial.

CONSIDERANDO que a melhor doutrina aponta que a Reserva do Possível (antes de atuar como barreira intransponível à efetivação dos direitos fundamentais) deve vigor como um mandado de otimização dos direitos fundamentais, impondo ao Estado o dever fundamental de, tanto quanto possível, promover as condições ótimas de efetivação da prestação estatal em causa, preservando, além disso, os níveis de realização já atingidos, (...).(NOVAIS apud SARLET, Ingo Wolfgang; FIGUEIREDO, Mariana Filchtner. Reserva do Possível, mínimo existencial e direito à saúde: algumas considerações. In.: SARLET, Ingo Wolfgang; TIMM, Luciano Benetti. Direitos fundamentais, orçamento e “Reserva do Possível”. 2. ed. rev ampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010. p. 36-37.) (g. n.)

CONSIDERANDO que Ana Paula de Barcellos, na mesma esteira, aduz que, em síntese:

“a limitação de recursos existe e é uma contingência que não se pode ignorar. O intérprete deverá levá-la em conta ao afirmar que algum bem pode ser exigido judicialmente, assim como o magistrado, ao determinar seu fornecimento pelo Estado. Por outro lado, não se pode esquecer que a finalidade do Estado ao obter recursos, para, em seguida, gastá-los sob a forma de obras, prestação de serviços, ou qualquer outra política pública, é exatamente realizar os objetivos fundamentais da Constituição. A meta central das constituições modernas, e da Carta de 1988 em particular, pode ser resumida, como já exposto, na promoção do bem-estar do homem, cujo ponto de partida está em assegurar as condições de sua própria dignidade, que inclui, além da proteção dos direitos individuais, condições materiais mínimas de existência. Ao apurar os elementos fundamentais dessa dignidade (o mínimo existencial), estar-se-ão estabelecendo exatamente os alvos prioritários dos gastos públicos. Apenas depois de atingi-los é que se poderá discutir, relativamente aos recursos remanescentes, em que outros projetos se deverá investir. O mínimo existencial, como se vê, associado ao estabelecimento de prioridades orçamentárias, é capaz de conviver produtivamente com a reserva do possível.” (BARCELLOS, Ana Paula de. A eficácia jurídica dos princípios constitucionais. Renovar: 2002. p. 245-246.) (Destacou-se)

CONSIDERANDO que, infelizmente, DOURADOS/MS, segunda maior cidade do Estado, protagoniza um contexto de total precariedade na prestação de serviços de iluminação pública, de modo a comprometer direitos fundamentais básicos, como direito de liberdade (na vertente ir e vir), direito à vida, integridade física, segurança pública, vedação do retrocesso social, proporcionalidade, direito fundamental à Administração Pública Eficiente, dentre outros, não sendo exagerado o juízo de valor que classifica a atual situação da cidade, nesse aspecto, como patológica;

CONSIDERANDO que a omissão no trato da iluminação pública é desproporcional e afrontosa aos cidadãos douradenses, bem como vai de encontro aos objetivos fundamentais da República Brasileira (art. 3º, CF/88):

- I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;
- II - garantir o desenvolvimento nacional;
- III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;
- IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. (g. n.)

CONSIDERANDO que, tão importante quanto o combate repressivo às ofensas ao ordenamento jurídico é a adoção de medidas do cunho educativo, informativo e preventivo, buscando-se o implemento da conscientização coletiva no repúdio a toda e qualquer forma de ilicitude. Não por outro motivo, o art. 25-A da Resolução PGJ n. 15/2017, com a redação dada pela Resolução n. 05/2019, estabelece que “*O membro do Ministério Público promoverá, sempre que possível, antes da propositura de eventual ação civil pública, a solução consensual do conflito, demonstrando nos autos a atuação nesse sentido*”, representando este ato recomendatório, portanto, uma tentativa genuína de superação do conflito metaindividual através de uma solução dialógica e extrajudicial;

RESOLVE, com fundamento no artigo 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei nº 8625/93, no art. 6º, inciso XX, da Lei Complementar Federal nº 75/93,

RECOMENDAR ao Município de Dourados/MS,

- . Abstenha-se de dar concretude ao mecanismo de desvinculação de receitas, disposto no artigo 76-B dos Atos de Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT, da Constituição da República de 1988, com a redação dada pela Emenda Constitucional n. 93/2016, no que se refere ao fundo da COSIP – CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, enquanto não revertida a situação de total precariedade do serviço de iluminação pública na cidade de Dourados/MS;
- . Cancele eventuais desvinculações feitas nos últimos sessenta dias, providenciando o remanejamento dos valores e sua aplicação exclusivamente no custeio da iluminação pública na cidade

A ausência de observância da medida enunciada impulsionará o Ministério Público Estadual a adotar as providências judiciais e extrajudiciais pertinentes para garantir a prevalência das normas de proteção aos direitos constitucionais dos cidadãos e a probidade administrativa de que trata esta RECOMENDAÇÃO.

A presente RECOMENDAÇÃO não exclui a irrestrita necessidade de plena observância de todas as normas constitucionais e infraconstitucionais em vigor.

O Ministério Público Estadual deverá ser comunicado, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a partir do recebimento da presente, se o recomendado acolherá ou não a RECOMENDAÇÃO, sob pena de, não adotando as providências, serem manejadas as ações judiciais correspondentes.

Encaminhe-se cópia da presente RECOMENDAÇÃO às seguintes autoridades e entidades:

- Ao Excelentíssimo Procurador-Geral de Justiça, para conhecimento;
- Aos Excelentíssimos Coordenadores do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça dos Direitos Constitucionais dos Cidadãos e do Consumidor para conhecimento;
- Às Comissões de Direitos Humanos e do Consumidor da OAB/MS – Seccional de Dourados/MS, para conhecimento;
- À Prefeita Municipal e ao Secretário Municipal de Fazenda, para conhecimento e manifestação quanto ao interesse no cumprimento, no prazo fixado;
- À Câmara de Vereadores, para conhecimento e fiscalização

Dourados, 23 de maio de 2019.

ETÉOCLES BRITO MENDONÇA DIAS JÚNIOR
Promotor de Justiça

RICARDO ROTUNNO
Promotor de Justiça

PORTARIA**SAJMP n. 0001/2019/10PJ/DOS**

CONSIDERANDO a instalação, nas Promotorias de Justiça de Dourados/MS, do programa de automação denominado SAJ-MP, o qual almeja conferir maior celeridade e organização ao trâmite dos procedimentos judiciais e extrajudiciais sob responsabilidade do Ministério Público;

CONSIDERANDO que a delegação da prática de atos meramente ordinatórios aos órgãos de apoio administrativos, nos procedimentos internos da Promotoria de Justiça, é medida salutar para gestão interna e significará economia de tempo para o órgão de execução, notadamente pelo significativo volume de procedimentos extrajudiciais em tramite nesta especializada;

CONSIDERANDO que, por meio da Emenda Constitucional nº 045/2004, que promoveu a reforma do Poder Judiciário, visando torná-lo mais célere, foi inserido, no art. 93, o inciso XIV, com a seguinte redação: "*os servidores receberão delegação para a prática de atos de administração e atos de mero expediente sem caráter decisório*";

CONSIDERANDO que o preceito acima mencionado aplica-se ao Ministério Público brasileiro, por força da simetria estabelecida nos termos do art. 129, §4º da Constituição da República;

CONSIDERANDO o que dispõe o art. 162, §4º do Código de Processo Civil, cuja redação é a seguinte: "*Os atos meramente ordinatórios, como a juntada e a vista obrigatória, independem de despacho, devendo ser praticados de ofício pelo servidor e revistos pelo juiz quando necessários*";

CONSIDERANDO o que dispõe o art. 21 da Resolução nº 015/2007-PGJ, de 27 de novembro de 2007, cuja redação é a seguinte: "*O presidente poderá expedir portaria interna em que constem os atos de mero expediente que o Oficial de Promotoria realizará independentemente de determinação expressa*";

CONSIDERANDO que o dispositivo legal acima referido refere-se ao ocupante do cargo de Técnico-I e/ou II, sem prejuízo das funções administrativas atribuídas, excepcionalmente, ao cargo de Assessor Jurídico, nos termos da Resolução nº 006/2012-PGJ, de 04 de abril de 2012;

CONSIDERANDO que a existência de norma interna que autoriza os órgãos de execução a delegar aos órgãos de apoio administrativo a prática de atos meramente ordinatórios nos procedimentos de responsabilidade do Ministério Público, o que está em harmonia com os preceitos constitucionais vigentes;

O Promotor de Justiça Etéocles Brito Mendonça Dias Junior, titular da 10ª Promotoria de Justiça de Dourados, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE:

Art. 1º - Delegar ao Técnico-I, Técnico-II e/ou Assessor Jurídico, responsável pelo serviço de apoio ou em atuação junto a esta Promotoria de Justiça por designação, a prática dos seguintes atos, independentemente de despacho:

a) Promover a juntada, nos autos de Inquéritos Cíveis, Procedimentos Preparatórios, Procedimentos Administrativos, Notícias de Fato e Procedimentos de Investigação Criminal, de documentos encaminhados pelas partes, interessados ou órgãos públicos, para a instrução dos feitos;

b) Recebidos documentos na Promotoria de Justiça, o Técnico-I, Técnico-II e/ou Assessor Jurídico deverá cadastrá-los no protocolo do sistema SAJ-MP, afora a etiqueta de identificação do número do protocolo, gerada pelo sistema, e promover, imediatamente, a juntada nos autos dos procedimentos listados na alínea "a", deste artigo;

c) Acaso o documento recebido na Promotoria de Justiça refira-se a mais de um procedimento em trâmite, o Técnico-I, Técnico-II e/ou Assessor Jurídico deverá reproduzi-lo e promover a juntada em todos os autos;

d) Realizada a juntada, os documentos físicos, se houver, deverão remanescer arquivados com a anotação "juntado em autos eletrônicos" indicando-se o número do procedimento SAJMP, sem a necessidade de novo despacho do órgão de execução.

Art. 2º - Após a realização de juntada, o Técnico-I, Técnico-II e/ou Assessor Jurídico, quando não houver diligências pendentes de cumprimento ou notificações e/ou ofícios no aguardo de resposta, imediatamente, fará a conclusão do procedimento respectivo, alocando-o na fila "*Aguarda Análise do Promotor*", do SAJ-MP.

Art. 3º - O Técnico-I, Técnico-II e/ou Assessor Jurídico, após registrar no protocolo os convites e outros documentos meramente informativos (datas festivas, calendários, cópias de arrestos), deverá apresentá-los para despacho manual.

Parágrafo único – O Técnico-I, Técnico-II e/ou Assessor Jurídico deverá arquivar (dar baixa), no sistema SAJ-MP, os convites e outros documentos meramente informativos, após terem sido manualmente despachados.

Art. 4º - Em similitude ao que ocorre no Poder Judiciário (*art. 152, inciso I e art. 250, inciso VI da Lei nº 13.105/2015 – Novo Código de Processo Civil, que dispõem caber ao escrivão firmar alguns atos de comunicação do Poder Judiciário*) e tendo em vista que a desburocratização – com a retirada, do órgão de execução, da prática de atos de mero expediente - permite economia de tempo para a análise de questões fáticas e jurídicas mais relevantes para a preservação do interesse público, fica delegado ao Técnico-I, Técnico-II e/ou Assessor Jurídico, responsável pelo serviço de apoio, a atribuição para redigir, assinar e expedir os seguintes atos de mera comunicação às partes que não possuem caráter requisitório ou decisório:

- a) ofícios ou cartas, impressas ou eletrônicas, informando a comunicação de arquivamento de procedimentos;
- b) ofícios respondendo a convites;
- c) convites para comparecimento na Promotoria de Justiça;
- d) mensagens eletrônicas em resposta a requisições dos órgãos internos do MPMS;
- e) certidões, termos de juntada, relatórios e demais expedientes necessários ao fiel cumprimento dos despachos da Promotora de Justiça.

Parágrafo único – O Técnico-I, Técnico-II e/ou Assessor Jurídico deverá consignar nos documentos de que trata o presente artigo, que os remete por ordem do Promotor de Justiça titular e com fulcro em atribuição delegada por esta Portaria, sendo vedada a assinatura de requisições, notificações, expedientes direcionados à Administração Superior do MP e às autoridades elencadas no art. 22, §3º, da Resolução nº 015/2007.

Publique-se a presente Portaria no DOMPMS.

Encaminhem-se cópias ao Procurador-Geral de Justiça e ao Corregedor-Geral, para conhecimento.

A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Cumpra-se.

Dourados/MS, 23 de maio de 2019.

ETÉOCLES BRITO MENDONÇA DIAS JUNIOR
Promotor de Justiça

RECOMENDAÇÃO N. 0002/2019/16PJ/DOS

Procedimento Preparatório nº 06.2019.00000474-8

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: A apurar

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por seu 16º Promotor de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e Social da Comarca de Dourados, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 29, inciso IV, da Lei Complementar Estadual nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e pelo artigo 44 da Resolução 15/2007/PGJ de 27 de novembro de 2007;

CONSIDERANDO que a Resolução 015/2007 dispõe em seu artigo 5º que “a recomendação é instrumento destinado à orientação de órgãos públicos ou privados, para que sejam cumpridas normas relativas a direitos e deveres assegurados ou decorrentes das Constituições Federal e Estadual e serviços de relevância pública e social”;

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados pela Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias à sua garantia (art. 129, II, da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que é dever do servidor público desempenhar com zelo e presteza os trabalhos que lhe forem incumbidos;

CONSIDERANDO que, independente da esfera, União, Estados, Distrito Federal ou Município, os servidores devem observar os princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, expressamente previstos no artigo 37, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que o princípio da eficiência estabelece que a administração pública e seus agentes tem o dever de agir com perfeição, presteza, rendimento funcional e em busca de fornecer um serviço de qualidade;

CONSIDERANDO a esse respeito que HELY LOPES MEIRELLES, definiu o princípio da eficiência, como “o que se impõe a todo o agente público de realizar suas atribuições com presteza, perfeição e rendimento profissional. É o mais moderno princípio da função administrativa, que já não se contenta em ser desempenhada apenas com legalidade, exigindo resultados positivos para o serviço público e satisfatório atendimento das necessidades da comunidade e de seus membros”, e acrescenta que “o dever da eficiência corresponde ao dever da boa administração[...]” (MEIRELLES, 2002³).

CONSIDERANDO que todo funcionário responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições, podendo estas acumular-se, sendo umas e outras independentes entre si, assim como as respectivas instâncias;

CONSIDERANDO que o Procedimento Preparatório. 06.2019.00000474-8 foi instaurado objetivando “*apurar eventuais irregularidades no âmbito da Secretaria Municipal de Fazenda, consistentes na ausência de servidores com formação específica para realização de avaliação imobiliária*”, notadamente visando verificar a capacidade de atuação dos membros da Comissão de Avaliação Imobiliária do Município de Dourados;

CONSIDERANDO que as informações até então angariadas dão conta de que “*os membros da Comissão de Avaliação, com competência de realizar avaliações dos bens móveis e imóveis do Município de Dourados, foram nomeados por intermédio do Decreto nº 110/2017*”, sendo que possuem a seguinte escolaridade: 1 (um) efetivo, engenheiro agrônomo e 02 (dois) comissionados em cargos de nível médio, composição esta que vai de encontro ao propalado princípio da eficiência, sem prejuízo do postulado da legalidade;

CONSIDERANDO, ainda, a informação de que “*a Comissão acima referida foi substituída com a criação da Comissão de Avaliação de Patrimônio Público conforme Decreto nº 1.445 de 04 de dezembro de 2018*”, sem que tenha sido indicada a qualificação técnica dos novos componentes;

³ MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. São Paulo: Malheiros, 2002.

CONSIDERANDO o disposto no art. 3º da Lei n.º 6530/78 que atribui ao Corretor de Imóveis, entre outras, a competência para opinar sobre comercialização imobiliária;

CONSIDERANDO o disposto no art. 39, VIII da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), que impede o fornecimento de serviços em desacordo com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes ou, na sua inexistência, com as diretrizes das normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT;

CONSIDERANDO a normatização, pela ABNT, dos procedimentos gerais na avaliação de bens, através da norma NBR 14653-1, e das avaliações de imóveis urbanos e rurais através das normas NBR 14653-2 e NBR 14653-3, respectivamente;

CONSIDERANDO que as grades curriculares dos cursos de avaliação de imóveis e superiores em gestão imobiliária incluem disciplinas em que são ministrados os conhecimentos necessários à elaboração de Parecer Técnico de Avaliação Mercadológica⁴;

CONSIDERANDO, nesse sentido, que o artigo 6º, da Resolução 1.066/2007 do Conselho Federal de Corretores de Imóveis prevê que *"a elaboração de Parecer Técnico de Avaliação Mercadológica é permitida a todo Corretor de Imóveis, pessoa física, regularmente inscrito em Conselho Regional de Corretores de Imóveis"*;

CONSIDERANDO nos termos do que dispõe o art. 2º, da Resolução 1066/2007, "Poderá inscrever-se no Cadastro Nacional de Avaliadores Imobiliários o Corretor de Imóveis que seja, cumulativa ou alternativamente: I) possuidor de diploma de curso superior em gestão imobiliária ou equivalente; II) possuidor de certificado de conclusão de curso de avaliação imobiliária. § 1º - Somente serão aceitos, para fins de inscrição no Cadastro Nacional de Avaliadores Imobiliários, os certificados de cursos reconhecidos pelo Conselho Federal. § 2º - Para inscrição no CNAI, o Conselho Federal poderá exigir aprovação prévia em prova de conhecimentos sobre avaliação mercadológica de imóveis";

CONSIDERANDO, ainda, que a Resolução 218/73 do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CONFEA) permite aos engenheiros agrônomos (art. 5º, I c/c art. 1º) a vistoria, perícia, avaliação, arbitramento, laudo e parecer técnico referentes a engenharia rural e serviços afins e correlatos, não contemplando imóveis situados na zona urbana;

CONSIDERANDO portanto, que dentre os quatro avaliadores mencionados no Ofício nº 66/2018/SEMFAZ/GAB apenas a servidora Solange Lopes dos Santos, identificada como suplente, possui registro no CRECI/MS (ainda que o número do registro oficial seja diverso do apresentado no expediente, o que demonstra clara violação aos dispositivos mencionados;

CONSIDERANDO, que a manutenção de tal irregularidade pode representar lesão ao patrimônio público, na medida em que as avaliações imobiliárias decorrem de importante mecanismo de obtenção de receita;

RESOLVE, em defesa do patrimônio público e social e, em observância aos princípios da eficiência, legalidade, impessoalidade e moralidade RECOMENDAR, à Prefeita Municipal de Dourados, Délia Godoy Razuk e ao Secretário Municipal de Fazenda, Paulo César Nogueira Júnior, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias:

- . adotem as providências cabíveis a fim de garantir que apenas integrem a Comissão de Avaliação de Patrimônio Público do Município de Dourados (Decreto n. 1.445/2018) servidores que possuam qualificação técnica para a realização de avaliação imobiliária, nos termos das normas que regem a atividade, substituindo aqueles que eventualmente não atendam aos requisitos legais;

A ausência de observância das medidas enunciadas impulsionará o Ministério Público Estadual a adotar as providências judiciais e extrajudiciais pertinentes para garantir a prevalência das normas de proteção ao patrimônio público e social de que trata esta RECOMENDAÇÃO.

A presente RECOMENDAÇÃO não exclui a irrestrita necessidade de plena observância de todas as normas constitucionais e infraconstitucionais em vigor.

⁴ http://www.cofeci.gov.br/arquivos/legislacao/nova/resolucao_1066_07_completa2017.pdf

O Ministério Público Estadual deverá ser comunicado, no prazo de 10 (dez) dias a partir do recebimento da presente, se a autoridade acolherá ou não a RECOMENDAÇÃO, sob pena de, não adotando as providências, serem adotadas as medidas cabíveis na tutela do bem comum.

Por fim, encaminhem-se cópias desta Recomendação aos conselhos fiscalizadores das atividades citadas, ao Poder Legislativo Municipal, e também, para publicação no DOMP/MS.

Dourados, 16 de maio de 2019.

RICARDO ROTUNNO

Promotor de Justiça

RECOMENDAÇÃO N. 0003/2019/16PJ/DOS

Procedimento Administrativo: 06.2019.00000809-9

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Humberto Jose Sepa de Matos Filho e Comando-Geral do Corpo de Bombeiros do Estado do Mato Grosso do Sul

RECOMENDAÇÃO N. 0003/2019/16PJ/DOS

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, por seu 16º Promotor de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e Social da Comarca de Dourados, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 29, inciso IV, da Lei Complementar Estadual nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e pelo artigo 44 da Resolução 15/2007/PJG de 27 de novembro de 2007;

CONSIDERANDO que a Resolução 015/2007 dispõe em seu artigo 5º que “a recomendação é instrumento destinado à orientação de órgãos públicos ou privados, para que sejam cumpridas normas relativas a direitos e deveres assegurados ou decorrentes das Constituições Federal e Estadual e serviços de relevância pública e social”;

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados pela Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias à sua garantia (art. 129, II, da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que é dever do servidor público desempenhar com zelo e presteza os trabalhos que lhe forem incumbidos;

CONSIDERANDO que, independente da esfera, União, Estados, Distrito Federal ou Município, os servidores devem observar os princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, expressamente previstos no artigo 37, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que todo funcionário responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições, podendo estas acumular-se, sendo umas e outras independentes entre si, assim como as respectivas instâncias;

CONSIDERANDO o teor do procedimento administrativo instaurado sob o n. 06.2019.00000809-9, visando “apurar notícia indicativa da prática de ato de improbidade administrativa em decorrência da suposta utilização de bem público para fins particulares, pelo atual Comandante do 2º Grupamento de Bombeiros Militar de Dourados, em detrimento dos princípios que regem a administração pública”;

CONSIDERANDO que diligências iniciais deram conta de que o Comandante do 2º Grupamento de Bombeiros Militar de Dourados, a despeito da inexistência de autorização formal e visando atender a interesses exclusivamente pessoais, deliberadamente iniciou obras de reforma com alteração estrutural de imóvel pertencente ao Governo do Estado do Mato Grosso do Sul;

CONSIDERANDO ainda a existência de notícia indicativa de que recursos humanos do Corpo de Bombeiros Militar estariam sendo desviados em favor daquele, visando a execução das obras;

CONSIDERANDO ainda que conforme informações obtidas junto à Secretaria Municipal de Planejamento "*não foi encontrado projeto protocolado até a presente data sobre projeto de reforma e ou ampliação no Prédio do Corpo de Bombeiros (casa) situado na Avenida Presidente Vargas esquina com Rua João Vicente Ferreira*";

CONSIDERANDO que "*configura a prática de improbidade administrativa consistente na afronta aos princípios constitucionais da Administração Pública, utilização de bens e serviços públicos para fins particulares*"⁵;

CONSIDERANDO que, nos termos do que dispõe o art. 10, II, da Lei de Improbidade Administrativa: "*Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão, dolosa ou culposa, que enseje perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas no art. 1º desta lei, e notadamente: II - permitir ou concorrer para que pessoa física ou jurídica privada utilize bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial das entidades mencionadas no art. 1º desta lei, sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie*";

CONSIDERANDO que, nos termos do que dispõe o art. 11, da Lei 8.429/92, a violação aos princípios da administração, notadamente da moralidade, legalidade e impessoalidade, constitui ato de improbidade administrativa, punível na forma daquela norma;

CONSIDERANDO estar sedimentado na doutrina e jurisprudência nacionais que o princípio da legalidade na seara administrativa "*implica subordinação completa do administrador à lei. Todos os agentes públicos, desde o que lhe ocupe a cúspide até o mais modesto deles, devem ser instrumentos de fiel e dócil realização das finalidades normativas*"⁶;

CONSIDERANDO que a moralidade administrativa consiste no respeito aos valores fundamentais dos administrados, mensurados a partir dos valores comuns de uma sociedade, sendo seguro afirmar que a ordem jurídica impõe um padrão de comportamento moralmente adequado ao agente nas manifestações públicas de seus interesses pessoais, mesmo que não estritamente abrangidas nas atribuições do seu cargo;

CONSIDERANDO que o princípio da impessoalidade parte da ideia de que aos administradores públicos e, principalmente, aos chefes de poder e comandantes de instituições públicas, não é dado praticar atos que permitam, em tese, a obtenção de benefícios e a geração de interesses e vantagens pessoais, máxime quando estas retiram a própria respeitabilidade e credibilidade de poderes e instituições já excessivamente desgastados perante um corpo social cada vez mais descrente;

CONSIDERANDO que a atividade pública deve ser desenvolvida com técnica e zelo singular, com dever de eficiência e desempenho adequados, posto que a remuneração do serviço público é paga com verbas de origem pública e indisponível;

CONSIDERANDO que nos termos do que dispõe o art. 26, da Lei Complementar Estadual 053/90, aplicável ao Corpo de Bombeiros Militar, "*O sentimento do dever, o pundonor policial-militar e o decoro da classe impõem, a cada um dos integrantes da Polícia Militar conduta moral e profissional irrepreensível, com observância dos seguintes preceitos da ética policial-militar: II - exercer com autoridade, eficiência e probidade as funções que lhe couberem em decorrência do cargo; [...] IV - cumprir e fazer cumprir as leis, os regulamentos, as instruções e as ordens das autoridades competentes; [...] VII - empregar todas as suas energias em benefício do serviço; [...] XII - cumprir seus deveres de cidadão; XIII - proceder de maneira ilibada na vida pública e particular; [...] XVI - conduzir-se mesmo fora do serviço ou na atividade, de modo que não sejam prejudicados os princípios da disciplina, do respeito e do decoro policial-militar; [...] XVII - abster-se de fazer uso do posto ou da graduação para obter facilidades pessoais de qualquer natureza ou para encaminhar negócios particulares ou de terceiros; XVIII - zelar pelo bom nome da Polícia Militar e de cada um dos seus integrantes, obedecendo e fazendo obedecer aos preceitos da ética policial-militar*";

⁵ EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. UTILIZAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS PÚBLICOS PARA FINS PARTICULARES. MÁ-FÉ E VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA COMPROVADOS. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA CONFIGURADA. RECURSO NÃO PROVIDO. 1. Configura a prática de improbidade administrativa consistente na afronta aos princípios constitucionais da Administração Pública, utilização de bens e serviços públicos para fins particulares. 2. Presente a prova da improbidade administrativa, revela-se correta condenação do agente nas sanções previstas em lei. 3. Apelação cível conhecida e não provida, mantida a sentença que acolheu a pretensão inicial. (TJ-MG - AC: 10407110035406001 MG, Relator: Caetano Levi Lopes, Data de Julgamento: 06/03/2018, Data de Publicação: 16/03/2018)

⁶ Celso Antônio Bandeira de Melo, RDP nº 90, p. 57-58.

CONSIDERANDO que nos termos do que dispõe o art. 15, da Lei Complementar 188/2014, *"a Corregedoria é órgão de Direção Geral, subordinado ao Comandante-Geral, responsável pela preservação da disciplina, hierarquia e da ética Bombeiro-Militar, competindo-lhe, também, normatizar, coordenar, controlar, fiscalizar e proceder a apuração de fatos que envolvam responsabilidade Penal Militar, Administrativa e Disciplinar dos membros da Corporação, bem como o exercer e supervisionar as atribuições relativas ao Poder Disciplinar e de Polícia Judiciária Militar, podendo, ainda exercer atribuições de inteligência"*;

CONSIDERANDO a necessidade de que seja apurada a conduta imputada ao Comandante do 2º Grupamento do Corpo de Bombeiros Militar do Mato Grosso do Sul, também na esfera administrativa;

CONSIDERANDO a necessidade de evitar a ocorrência de irregularidades de maior monta;

RESOLVE, em defesa do patrimônio público e social e, em observância aos princípios da legalidade, impessoalidade e moralidade RECOMENDAR:

1) ao Comandante do 2º Grupamento de Bombeiros Militar de Dourados, Humberto Jose Sepa de Matos Filho que:

1.1) suspenda IMEDIATAMENTE a realização de toda e qualquer obra relacionada ao imóvel funcional anexo ao 2º Grupamento de Bombeiros de Dourados, abstendo-se de realizar qualquer intervenção enquanto não avaliado o atendimento ao interesse público, bem como sanadas as irregularidades relacionadas à ausência de aprovação de projeto e emissão dos respectivos alvarás/licenças imprescindíveis à sua regularização;

2) ao Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar, Joilson Alves do Amaral:

2.1) Adote as providências cabíveis visando garantir o cumprimento do recomendado no item 1.1;

2.2) Determine a Corregedoria-Geral do Corpo de Bombeiros Militar que, em prazo não superior a 10 (dez) dias, instaure sindicância/procedimento administrativo militar visando apurar a conduta imputada ao Comandante do 2º Grupamento de Bombeiros de Dourados, Humberto Jose Sepa de Matos Filho;

A ausência de observância das medidas enunciadas impulsionará o Ministério Público Estadual a adotar as providências judiciais e extrajudiciais pertinentes para garantir a prevalência das normas de proteção ao patrimônio público e social de que trata esta RECOMENDAÇÃO.

A presente RECOMENDAÇÃO não exclui a irrestrita necessidade de plena observância de todas as normas constitucionais e infraconstitucionais em vigor.

O Ministério Público Estadual deverá ser comunicado, no prazo de 10 (dez) dias a partir do recebimento da presente, se as autoridades acolherão ou não a RECOMENDAÇÃO, sob pena de, não adotando as providências, serem adotadas as medidas cabíveis em desfavor dos responsáveis.

Por fim, encaminhem-se cópias desta Recomendação ao Governo do Estado do Mato Grosso do Sul e também para publicação no DOMP/MS.

Dourados, 22 de maio de 2019.

RICARDO ROTUNNO

Promotor de Justiça

TRÊS LAGOAS

PROTOCOLO: 02.2019.00034296-6

EDITAL DE CIÊNCIA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS Nº 0006/2019/04PJ/TLS

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no âmbito da 4ª Promotoria de Justiça de Três Lagoas e por intermédio do Promotor de Justiça signatário, torna público que, não havendo oposição tempestiva e justificada, eliminará os documentos constantes na Lista de Eliminação de Documentos nº 004/2019/04PJ/TLS, nos termos do disposto no art. 12 da Resolução nº 25/2018-PGJ/MPE-MS.

Os interessados, devidamente qualificados e desde que comprovada a legitimidade, poderão, por escrito e de forma juridicamente fundamentada, manifestar oposição ao ato ou requerer o desentranhamento de documentos ou, a suas expensas, cópias de peças dos procedimentos e expedientes, salvo as hipóteses de sigilo previstas em legislação específica.

As eventuais manifestações deverão, até o 5º (quinto) dia subsequente à data de publicação deste Edital no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, ser protocoladas nesta 4ª Promotoria de Justiça de Três Lagoas, situada na Rua Elvírio Mário Mancini, nº 860, Centro, Três Lagoas, das 8h às 11h e das 13h às 18h.

Três Lagoas, 23 de maio de 2019.

JOSÉ ROBERTO TAVARES DE SOUZA

Promotor de Justiça

LISTA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS Nº 004/2019/04PJ/TLS

PROVENIÊNCIA/PROCEDÊNCIA: 4ª Promotoria de Justiça de Três Lagoas				
Classe. Subclasse	Conteúdo Informacional	Justificativa da Eliminação	Ano Inicial	Ano Final
000.002	Ofícios Recebidos/2016	Decurso do prazo de guarda previsto na tabela de temporalidade (Resolução nº 25/2018-PGJ/MS)	Jan/2017	Jan/2019
200.050	Notícias de Fato nº 133/2015; 468/2015	Decurso do prazo de guarda previsto na tabela de temporalidade (Resolução nº 25/2018-PGJ/MS)	Dez/2015	Dez/2018
200.050	Notícias de Fato nº 492/2015; 494/2015; 499/2015; 501/2015; 517/2015; 518/2015; 04/2016; 06/2016; 08/2016; 09/2016; 11/2016; 12/2016; 14/2016; 15/2016; 16/2016; 17/2016; 18/2016; 19/2016; 20/2016; 23/2016; 24/2016; 25/2016; 27/2016; 29/2016; 30/2016; 31/2016; 33/2016; 34/2016; 35/2016; 36/2016; 37/2016; 38/2016; 39/2016; 40/2016; 41/2016; 42/2016; 43/2016; 44/2016; 47/2016; 48/2016; 49/2016; 50/2016; 51/2016; 52/2016; 53/2016; 54/2016; 55/2016; 56/2016; 57/2016; 58/5016; 59/2016; 61/2016; 62/2016; 65/2016; 66/2016; 67/2016; 68/2016; 69/2016; 70/2016; 71/2016; 72/2016; 73/2016; 75/2016; 76/2016; 77/2016; 79/2016; 81/2016; 82/2016; 83/2016; 84/2016; 86/2016; 87/2016; 88/2016; 89/2016; 90/2016; 92/2016; 93/2016; 94/2016; 95/2016; 96/2016; 97/2016; 98/2016; 99/2016; 101/2016; 102/2016; 103/2016; 104/2016; 107/2016; 110/2016; 111/2016; 114/2016; 116/2016; 119/2016; 120/2016; 124/2016; 125/2016; 127/2016; 128/2016; 134/2016; 165/2016; 166/2016; 167/2016; 168/2016; 169/2016; 170/2016; 171/2016; 172/2016; 173/2016; 175/2016; 177/2016; 179/2016; 180/2016; 181/2016; 182/2016; 183/2016; 184/2016; 185/2016; 186/2016; 187/2016; 188/2016; 189/2016; 192/2016; 194/2016; 195/2016; 196/2016; 197/2016; 198/2016; 200/2016; 201/2016; 202/2016; 203/2016; 204/2016; 206/2016; 207/2016; 208/2016; 209/2016; 210/2016; 211/2016; 212/2016; 213/2016	Decurso do prazo de guarda previsto na tabela de temporalidade (Resolução nº 25/2018-PGJ/MS)	Jan-Mar/2016	Jan-Mar/2019
Responsável pelo preenchimento: Débora Duarte Santana, Técnico II. Data do preenchimento: 23/05/2019				

COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA

CASSILÂNDIA

EDITAL Nº 0020/2019/01PJ/CLA

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Cassilândia - MS, torna pública a INSTAURAÇÃO do Procedimento Preparatório nº 06.2019.00000616-8, para conhecimento de terceiros interessados no oferecimento de elementos de informação, o qual encontra-se registrado no sistema SAJ/MP, e poderá ser integralmente acessado via internet no endereço eletrônico <http://consultaprocedimentos.mpms.mp.br/consulta/saj/processo> e também encontra-se à disposição de quem possa interessar na Rua Sebastião Martins da Silva, nº 800 – Bairro Alto Izanópolis – Cassilândia-MS.

Procedimento Preparatório nº 06.2019.00000616-8

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: A APURAR.

Assunto: Apurar eventuais irregularidades no Pregão nº 00236 e 00439 da Prefeitura Municipal de Cassilândia.

Cassilândia-MS, 22 de maio de 2019.

PEDRO DE OLIVEIRA MAGALHÃES

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0021/2019/01PJ/CLA

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Cassilândia - MS, torna pública a INSTAURAÇÃO do Procedimento Preparatório nº 06.2019.00000688-0, para conhecimento de terceiros interessados no oferecimento de elementos de informação, o qual encontra-se registrado no sistema SAJ/MP, e poderá ser integralmente acessado via internet no endereço eletrônico <http://consultaprocedimentos.mpms.mp.br/consulta/saj/processo> e também encontra-se à disposição de quem possa interessar na Rua Sebastião Martins da Silva, nº 800 – Bairro Alto Izanópolis – Cassilândia-MS.

Procedimento Preparatório nº 06.2019.00000688-0

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requeridos: Eriberto da Silva Machado e Outros.

Assunto: Apurar a eventual prática de ato de improbidade administrativa consistente na percepção de remuneração sem o comparecimento regular ao expediente, bem como privilégios no âmbito da administração pública municipal.

Cassilândia-MS, 22 de maio de 2019

PEDRO DE OLIVEIRA MAGALHÃES

Promotor de Justiça

COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA

DEODÁPOLIS

EDITAL Nº 0022/2019/PJ/DPS

Inquérito Civil Nº 06.2019.00000308-2

A Promotoria de Justiça de Deodápolis/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2019.00000308-2, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Av. Francisco Alves da Silva, nº 103, Edifício do Fórum, sede da Promotoria de Justiça.

Os autos encontram-se registrados no sistema informatizado SAJ/MP, os quais poderão ser integralmente acessados via internet, no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Noticiante: Promotoria de Justiça da Comarca de Deodápolis/MS.

Interessado: Município de Deodápolis.

Objeto: "Apurar eventual majoração dos subsídios de agentes públicos da Prefeitura Municipal de Deodápolis/MS sem respeito ao princípio da anterioridade, nos anos de 2013 a 2014".

Deodápolis/MS, 24 de maio de 2019.

ANTHONY ÁLLISON BRANDÃO SANTOS
Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0023/2019/PJ/DPS

Inquérito Civil Nº 06.2019.00000271-7

A Promotoria de Justiça de Deodápolis/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2019.00000271-7, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Av. Francisco Alves da Silva, nº 103, Edifício do Fórum, sede da Promotoria de Justiça.

Os autos encontram-se registrados no sistema informatizado SAJ/MP, os quais poderão ser integralmente acessados via internet, no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Noticiante: Anderson Cristiano Nascimento.

Interessado: Estabelecimento comercial denominado "Bar Zero Grau" localizado em Deodápolis/MS..

Objeto: "Apurar eventual irregularidade no funcionamento do estabelecimento comercial denominado "BAR ZERO GRAU", que estaria prejudicando a moralidade e a ordem pública, em desconformidade com o Código de Posturas Municipal de Deodápolis/MS".

Deodápolis/MS, 24 de maio de 2019.

ANTHONY ÁLLISON BRANDÃO SANTOS
Promotor de Justiça